

**TRATEM BEM OS
QUE GARANTEM
A EDUCAÇÃO**



EDITORIAL**P.3** TRATEM BEM OS QUE GARANTEM A EDUCAÇÃO**AÇÃO SINDICAL****P.4** UGT PARTILHA COM FNE FORTES PREOCUPAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO NA EDUCAÇÃO**P.5 À P.11** CONFERÊNCIA DE IMPRENSA «QUEREM MELHORAR A EDUCAÇÃO? TRATEM BEM OS QUE CÁ ESTÃO!»**P.12** FNE DENUNCIA INEFICÁCIA DAS NEGOCIAÇÕES COM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**P.13** AÇÕES DE CONTESTAÇÃO E FORMAS DE LUTA ENTRARAM NA AGENDA**P.14** FNE ENTREGOU PARECER SOBRE AS PROPOSTAS APRESENTADAS PELO ME**WEBINÁRIO****P.15 À P.18** JOSÉ ESTEVES REI: "AGARRAR OS ALUNOS A NÍVEL COMUNICACIONAL É O GRANDE DESAFIO"**P.19, P.20** MENSAGEM FNE SOBRE O DIA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO**ENTREVISTA****P.21 À P.24** CARLOS GUIMARÃES: "NÃO FOI UMA GREVE QUE RESOLVEU O DL 515/99"**NA MINHA OPINIÃO****P.25** VALORIZAR OS PROFESSORES, PRESTIGIAR AS ESCOLAS - MARIA JOSÉ RANGEL - SDPGL**NÃO DOCENTES****P.26** CARREIRAS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO? OS QUÊS E OS PORQUÊS – REFLEXÃO (Parte II) - CRISTINA FERREIRA - STAAESRA**INTERNACIONAL****P.27** INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO**P.28** FNE EM BRUXELAS NO DIÁLOGO SOCIAL SETORIAL DA EDUCAÇÃO**SAÚDE****P. 29, P.30** EU-OSHA LANÇA CAMPANHA "LOCAIS DE TRABALHO SEGUROS E SAUDÁVEIS 2023-2025"**LEGISLAÇÃO****P.31, P.32** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 22 DE DEZEMBRO A 25 DE JANEIRO DE 2023**+VANTAGENS FNE****P.33** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA**

janeiro 2023

proprietário

Federação Nacional da Educação

diretor

João Dias da Silva

produção de conteúdos

Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado

Teresa Morais

sindicatos membros

Sindicato dos Professores da Zona Norte *

Sindicato dos Professores da Zona Centro *

Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e

Vale do Tejo * Sindicato Democrático dos Professores do Sul *

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores *

Sindicato Democrático dos Professores da Madeira *

Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas *

Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de

Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores,

Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro *

Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de

Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro

Joaquim Fernandes

redação

Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *

tel. 225 073 880 *

secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação

Rafael Marques e Tiago Soares



TRATEM BEM OS QUE GARANTEM A EDUCAÇÃO

O Ministério da Educação e o Governo revelaram uma incapacidade inaceitável para, perante o nível de insatisfação acumulado entre os profissionais da Educação, apresentarem soluções concretas para os problemas que afetam a qualidade das condições de trabalho e de desenvolvimento das carreiras nas escolas.

Ninguém esquece o extraordinário esforço de adaptação que docentes e não docentes desenvolveram para responder aos desafios que se levantaram com o encerramento das escolas por causa da pandemia.

Essa foi a oportunidade para que se confirmasse também que o papel do professor, em presença dos seus alunos, é essencial para a qualidade das aprendizagens.

Sabemos como, apesar desse esforço, o impacto da pandemia foi altamente negativo para as aprendizagens de muitos alunos, particularmente os mais frágeis, e muito deveria estar a ser feito ainda hoje para limitar esses efeitos.

A verdade é que nessa oportunidade os educadores e professores desdobraram-se a procurar soluções e a manter uma relação próxima com os seus alunos. Este foi um sinal extraordinário do empenho que estes profissionais colocam naquilo que é a essência do trabalho a que são chamados.

Também os trabalhadores não docentes, em condições extremamente difíceis, garantiram a abertura das escolas para os filhos dos trabalhadores indispensáveis para o funcionamento dos serviços essenciais no nosso país.

Mas esse empenho não tem tradução num nível de satisfação que lhes corresponda. Há um enorme mal-estar, há uma insatisfação que tem de ter respostas.

Identifico várias razões para esta situação, mas assinalo apenas três linhas das mais relevantes: os salários, a carreira e os modelos de avaliação de desempenho.

Na primeira linha do seu profundo desgosto está a sensação de que a sua situação salarial nos tempos atuais não corresponde às elevadas e exigentes responsabilidades que a sociedade lhes impõe.

Depois, tem vindo a aumentar percepção de deceção em relação às expetativas de desenvolvimento das respetivas carreiras. E não é de estranhar que assim seja quando se sabe que, em relação aos Docentes, há um número elevado de professores com bem mais de 50 anos de idade, mas que uma percentagem bem significativa se encontra posicionada até ao 4º escalão em termos de remuneração – dos 10 escalões que compõem a carreira. Isto corresponde a um desfazamento incompreensível e inaceitável que só acrescenta insatisfação àquela que resulta do facto de o tempo de trabalho ser não só interminável, como é ainda composto de uma série de exigências administrativas e burocráticas que nada têm a ver com a qualidade do trabalho pedagógico que é o nuclear da sua profissão.

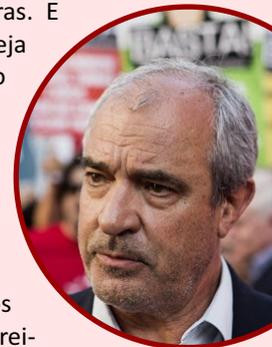
Também os não docentes tardam em ver reconhecidas as suas carreiras, com a determinação dos conteúdos funcionais que lhes são específicos.

Finalmente, a sensação de injustiça que se associa a modelos de avaliação de desempenho definidos para abrandarem a progressão em carreira.

Os governantes não enfrentaram os problemas e ficaram de costas voltadas para estes profissionais, sem lhes darem a atenção que deveriam ter merecido.

Estamos assim perante uma acumulação de insatisfações antigas que deviam ter sido percebidas a tempo e que têm de ter respostas urgentes, as quais, nas atuais circunstâncias, padecerão de todos os defeitos das decisões que são tomadas em situação de emergência, com o grau de precipitação que obviamente lhes estão associadas.

É inadiável que o Governo assuma responsabilidade de tratar bem os que garantem a Educação.



João Dias da Silva

João Dias da Silva
Secretário-Geral da FNE



UGT PARTILHA COM FNE FORTES PREOCUPAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO NA EDUCAÇÃO

A Federação Nacional da Educação (FNE) reuniu com a direção da União Geral de Trabalhadores (UGT), liderada pelo seu Secretário-Geral, Mário Mourão, para uma apresentação, balanço e clarificação da diversidade de áreas em que a FNE está neste momento a intervir, tendo-se concluído por uma ampla convergência na manifestação de profundas preocupações no que diz respeito às matérias em negociação com o Ministério da Educação.

A UGT acompanhou e acompanha as preocupações salientadas pela FNE relativamente à tremenda insatisfação e instabilidade no sector da educação, concordando que só por via negocial poderá ser ultrapassada, na manutenção da paz social e proteção do processo educativo de milhares de crianças e jovens.

Foram quatro os pontos em cima da mesa neste encontro, mas em que a questão da situação dos educadores de infância e professores dos ensino básico e secundário assumiu uma importância especial. A FNE deixou aos dirigentes da UGT os resultados da Consulta realizada junto dos docentes em outubro e que já manifestava claramente tudo aquilo que agora se verifica: um alto descontentamento dos professores com várias situações ligadas à sua carreira. Desde o estatuto remuneratório, à desvalorização da carreira, ao envelhecimento profissional, à questão da vinculação e concursos, a FNE fez ver junto da UGT que é preciso passar ao governo e mais concretamente ao Ministério das Finanças, que sem investimento não há educação de qualidade. Para este efeito, são necessárias medidas concretas urgentes, como fazer o crescer o salário de entrada de um professor para chamar jovens para a profissão, garantir paridade no topo de carreira com os técnicos superiores e resolver a situação dos acessos aos 5º e 7º escalões.

Cristina Ferreira, Presidente do Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas (STAAESRA),

apresentou alguns dos (vários) problemas que afetam os trabalhadores não docentes, muitas vezes esquecidos e pouco valorizados pelo governo e nas escolas portuguesas. A Consulta Nacional realizada pela FNE e pelos seus três sindicatos de não docentes em novembro, explicou como estes trabalhadores se sentem insatisfeitos, preocupados com a questão da municipalização, da definição dos conteúdos funcionais e da oferta formativa. Acima de tudo, nesta matéria, a FNE considera que tem de se trabalhar no sentido da determinação da definição das carreiras especiais para estes trabalhadores tão fundamentais nas nossas escolas.

A questão da negociação coletiva nos setores privado e social foi apresentada José Ricardo, Vice-Secretário-Geral da FNE e responsável desde 2012 por esta área na FNE/UGT que expôs à direção da central sindical os desafios e objetivos que esta negociação terá para 2023, com o objetivo de se obterem importantes valorizações para os trabalhadores destes setores.

O Ensino Superior foi também tema com o Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, a expressar a sua preocupação junto da UGT com o facto de ter existido apenas uma reunião com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) desde o início desta legislatura, reunião essa em que se lançaram as bases para a definição de um protocolo com uma agenda de matérias negociais, que até agora não se vê cumprida. A UGT dará todo o apoio para se obterem respostas relativas a várias matérias que necessitam de negociação e que estão adiadas há vários meses.

A tudo isto a UGT manifestou o seu apoio, com Mário Mourão a deixar a total abertura e disponibilidade da Central para apoiar e lutar por todos os temas referidos, concretizando-se em primeiro lugar na aprovação no Secretariado Nacional da UGT de 26 de janeiro, de uma resolução a alertar o Ministro da Educação e Governo para ouvir as justas reivindicações dos professores.

Querem melhorar a Educação?
**TRATEM BEM OS
QUE CÁ ESTÃO!**



CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DA FNE: QUEREM MELHORAR A EDUCAÇÃO? TRATEM BEM OS QUE CÁ ESTÃO!

Querem melhorar a Educação?
**TRATEM BEM OS
QUE CÁ ESTÃO!**

Foi com este mote que no dia 3 de janeiro de 2023, a FNE promoveu uma conferência de imprensa para reforçar e relembrar que não começaram agora os problemas da falta de valorização e atratividade da carreira para os educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário, nem é do último mês a insatisfação dos educadores e professores portugueses em relação às condições de desenvolvimento da sua carreira, das condições de trabalho, da precariedade e da instabilidade que marcam a sua vida profissional.



São mais de duas décadas de desvalorização constante de uma profissão e dos seus profissionais.

Esses problemas estão identificados, mas a verdade é que aos inúmeros avisos os sucessivos Ministérios da Educação escolheram ignorá-los ou adiar a sua solução.

João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE, recordou que nas consultas que a FNE promoveu em julho e em outubro de 2022, e cujos resultados foram entregues ao Ministério da Educação, já estava bem patente que o mal-estar docente assumia proporções que deveriam ser preocupantes para qualquer responsável pelo Ministério da Educação.

Ainda em outubro passado, a FNE assinalava, com base no estudo realizado no início do novo ano letivo que a maior evidência era a de um “profundo descontentamento em relação ao estatuto remuneratório, a que se associa uma perspetiva de deceção em relação às expectativas de desenvolvimento da carreira. **Com efeito, 96,7% dos participantes declararam expressamente que a sua remuneração não está ao nível das qualificações que lhes são exigidas, e 96,2% afirmam que as suas perspetivas de carreira são dececionantes ou pouco atrativas.**”

O estudo concluía também que 86,4% dos respondentes dizia com toda a clareza que não incentivaria um jovem a ser professor.

Os educadores e professores portugueses acumulam hoje na sua insatisfação, quer a sucessão de políticas erradas na gestão da carreira docente, quer a ausência de medidas adequadas aos problemas que há muito foram identificados por inúmeros estudos, nomeadamente os que foram conduzidos pelo Conselho Nacional de Educação e de que os Ministérios da Educação tiveram conhecimento.

Tem, pois, toda a legitimidade a fortíssima insatisfação dos educadores e professores portugueses que tardam em ver medidas concretas que visem a valorização da sua carreira e das suas condições de trabalho e por isso não é de estranhar que encontrem forma de manifestação desse seu descontentamento em toda e qualquer proposta de intervenção que o permita.

Ao longo dos tempos a FNE foi responsável por inúmeros momentos de intervenção político-sindical para que as situações fossem alteradas, de que são exemplos mais recentes, quer as propostas para negociação que apresentou ao Governo no início do novo ano letivo, quer a própria greve que decretou para o dia 2 de novembro passado, no momento em que o Ministro da Educação apresentava a sua proposta de Orçamento de Estado para 2023.

A FNE nunca desistiu de denunciar os variados problemas que afetam o bem-estar profissional dos trabalhadores que representa e de para eles propor soluções.

Os sindicatos que constituem a FNE têm sido persistentes numa prática constante de proximidade com os seus sócios, traduzida na realização de reuniões nas escolas e de plenários das mais variadas dimensões, com o objetivo de informar, recolher as opiniões dos sócios e com eles construir e determinar as formas de intervenção adequadas a cada circunstância.

Foi assim no passado, está a ser assim no presente e continuará a ser assim no futuro.

Ao lado desta proximidade diariamente construída, os sindicatos que integram a FNE construíram um conjunto vasto de serviços que se traduzem em mecanismos de apoio para os múltiplos e diversos momentos da vida profissional de cada um, em que os gabinetes jurídicos assumem um papel de importância primordial, chegando mesmo à defesa dos sócios em Tribunal.

Esse esforço de resposta às necessidades dos sócios traduz-se ainda em inúmeros programas de formação contínua.

Todas estas formas de intervenção têm tradução numa prática que aposta sempre no diálogo e na negociação, esgotando todos os mecanismos que os viabilizem, não desistindo de os procurar promover.

O recurso a formas de luta é o passo que, ouvindo os nossos sócios, somos obrigados a invocar quando os processos negociais não atingem os objetivos que pretendemos alcançar. Se não abdicámos no passado, também agora não abdicamos de a eles recorrer.



Este é o modelo de sindicalismo que consideramos completo e que não se esgota no lançamento sistemático de formas de luta. Acresce que é nossa convicção que uma educação de qualidade passa necessariamente por educadores e professores reconhecidos e valorizados e que urge esse reconhecimento e valorização por parte do Ministério da Educação.

**NÃO DESISTIMOS DA NOSSA PROFISSÃO.
NÃO DESISTIREMOS DE A DEFENDER!**



Assim, queremos afirmar que não pode tardar mais o início de verdadeiros e concretos processos de negociação que conduzam às mudanças que são indispensáveis, para o que, e em continuidade dos documentos e propostas já apresentadas, a FNE propõe os seguintes critérios:

1. Revisão do regime de concursos:

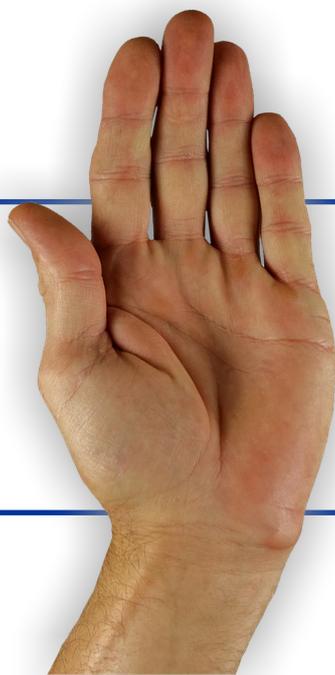
É imperioso que o Ministério da Educação retome o mais rapidamente possível o processo negocial de revisão do regime de concursos de docentes, respeitando os compromissos assumidos, garantindo:

- A realização de **concursos nacionais, promovidos centralmente pelo Ministério da Educação;**
- A base exclusiva e **respeito pela lista nacional graduada** (graduação profissional);
- A não interferência de quaisquer outras entidades, nomeadamente as autarquias;
- Que o processo de revisão do regime de concursos deve assegurar um número de vinculações em Quadro de Escola/Agrupamento de Escolas que efetivamente corresponda às suas necessidades permanentes de funcionamento, promova a estabilidade, e *sem que em qualquer circunstância se altere a natureza dos atuais **vínculos de pertença aos quadros***, pelo que a FNE apresentará como proposta inicial a

abertura de 14.277 vagas de quadro

de escola/agrupamento tendo em conta os números apurados através do Concurso Interno realizado em 2021.

- Que se incorpore uma alteração ao regime de **Mobilidade por Doença**, por forma a garantir a mesma a todos os Docentes que dela comprovadamente necessitem.
- O regime de colocação de docentes, quer em termos de vinculação, quer de contratação, tem de prever mecanismos de **apoio aos docentes deslocados**.
- A definição do novo regime deve encontrar formulação de **tratamento idêntico**, quer para os docentes em exercício no País, quer no ensino português no estrangeiro.



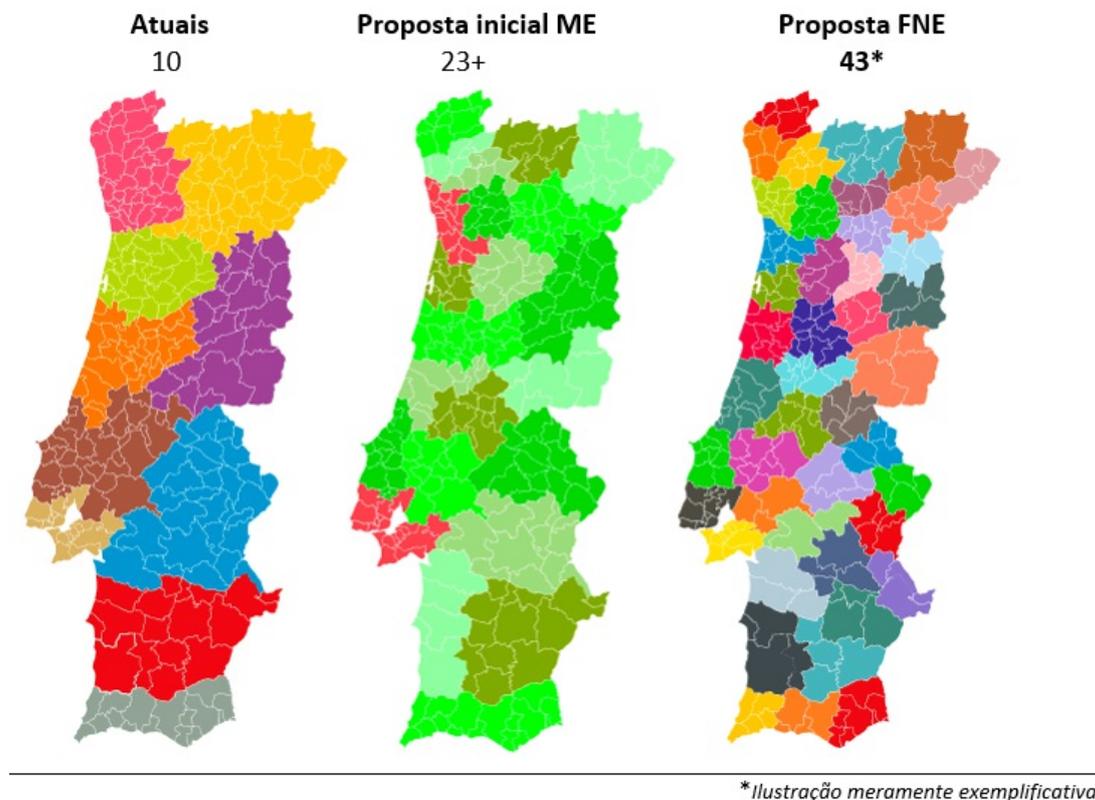
De acordo com a FNE, os **concursos internos de periodicidade quinquenal** não contribuirão para uma maior estabilidade e bem-estar do corpo docente, constituindo um fator de desmotivação e mal-estar dos docentes que obtenham colocações que os afastem das suas residências e das suas famílias, por um longo período de tempo, sem qualquer possibilidade concursal de aproximação.

A reconfiguração ou redimensionamento dos Quadros de Zona Pedagógica deve conduzir à sua redução em termos geográficos, de forma que, por princípio, não exceda distâncias superiores a 50 Km.



Respeitando este princípio, deverá resultar na seguinte transformação/evolução (exemplo)

QUADROS DE ZONA PEDAGÓGICA – QZP



2. Medidas de valorização da carreira docente e da sua atratividade

Para a FNE e os seus Sindicatos membros, **o Governo tem de retirar todas as consequências do compromisso assumido no Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública**, assinado em 24 de outubro de 2022, e onde expressamente se compromete a ouvir as prioridades para a revisão das carreiras especiais de grau de complexidade 2 e 3, onde se insere a carreira docente.

É imperioso, assim, que o Ministério da Educação manifeste a sua disponibilidade para o mais rapidamente possível abrir processos negociais que conduzam ao estabelecimento de medidas concretas de valorização da carreira docente e da sua atratividade, como consta de documentos já apresentados pela FNE ao Ministério da Educação, nomeadamente:

- Revisão dos valores dos **índices remuneratórios** de entrada na carreira, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023;
- Revisão do valor do **índice de topo da carreira docente**, tornando-o idêntico ao do topo da carreira técnica superior, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023;

- Eliminação da exigência de **vagas no acesso aos 5º e 7º escalões**, a partir de 1 de janeiro de 2023;
- Revisão do regime de **reduções da componente letiva** por efeito conjugado da idade e do tempo de serviço, com efeitos a partir do ano letivo de 2023/2024;



- Revisão do regime de **acesso à aposentação**;

- **Recuperação do tempo de serviço congelado** e ainda não considerado para o desenvolvimento da carreira, para além das perdas ocorridas nas transições de carreira e das indevidas ultrapassagens, de forma a garantir a sua plena concretização até ao final da Legislatura;



- Revisão da formulação da composição do **tempo de trabalho dos docentes**, com efeitos a partir do ano letivo de 2023/2024, clarificando o conteúdo da componente letiva, da componente não letiva e da componente individual de trabalho, com a consequente libertação de todos os procedimentos burocrático-administrativos inúteis, assegurando um efetivo respeito pelos limites do tempo de trabalho. Para o efeito, devem ser definidos claramente o conteúdo da componente letiva, a qual deve integrar todo o trabalho direto com alunos, bem como o conteúdo da componente não letiva de estabelecimento, que obrigatoriamente deve incorporar a realização de todas as reuniões de natureza pedagógica;

- **Eliminação da precariedade** que afeta os docentes a exercer funções como técnicos especializados e nas atividades extracurriculares;
- **Definição de um regime compensatório** para os Educadores de Infância e Professores do 1º CEB resultante da desigualdade de tempo letivo de trabalho e redução da componente letiva de modo idêntico aos professores dos restantes grupos disciplinares.

A forma credível com que a FNE tem protagonizado na negociação e no recurso às formas de luta e contestação exige que da parte do Ministério da Educação haja uma idêntica atitude positiva e consequente.

É para essa disponibilidade que apelamos e que afirmamos não pode ser mais adiável.

A FNE e os seus Sindicatos saberão tirar consequências do que vier a ser a posição do Ministério da Educação, ao longo dos próximos dias, afirmando-se inteiramente envolvida na valorização dos educadores e professores, até onde for preciso.



Reveja aqui a Conferência de Imprensa em que a FNE analisou os desafios mais próximos na Educação





FNE DENUNCIA INEFICÁCIA DAS NEGOCIAÇÕES COM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

A 18 de janeiro a FNE esteve no Ministério da Educação para nova ronda de negociação sobre o regime de recrutamento e mobilidade de pessoal docente, mas as propostas apresentadas pelo ministério foram consideradas por João Dias da Silva, no balanço à saída da reunião como "poucochinho. O que dissemos ao Ministro da Educação é que isto ainda é bastante poucochinho, mas as negociações fizeram-se para ir avançando", disse.

O Secretário-Geral da FNE considerou que, apesar de tudo, as novas propostas apresentadas pela tutela representam "uma evolução" face às anteriores, sobretudo no que respeita aos quadros de zona pedagógica e à vinculação de docentes.

Recorde-se que o Governo pretende aumentar o número de quadros de zona pedagógica, de 10 para 63, reduzindo a sua dimensão, fixar professores nos quadros de escola em 2024, integrar 10 mil docentes ainda este ano, reduzir o recurso a contratados e aumentar as vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões.

Já quanto à possibilidade de Conselhos Locais de Diretores completarem horários dos docentes dos quadros de zona pedagógica através da sua alocação a mais do que uma escola, a FNE assumiu que quer que sejam assegurados os custos associados: "A construção destes horários completos, em algumas regiões, significa que as pessoas têm de trabalhar em mais do que uma escola, mas temos de garantir que há pagamento para as deslocações", explicou o líder da federação.

Por outro lado, afirmou que a vinculação de professores não pode ficar-se pelos 10 mil, defendendo a integração nos quadros de 14 mil docentes até 2024, sustentando que "corresponde às efetivas necessidades das escolas para acabarmos com o recurso à contratação e à precariedade".

Além dos concursos, o Ministério da Educação não ofereceu respostas concretas para um conjunto de outros problemas, incluindo a equiparação remuneratória do topo da carreira docente à carreira técnica superior, as remunerações à entrada na carreira e as vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões, que a FNE defende que sejam eliminadas.

Outra das reivindicações sem resposta é a contagem integral do tempo de serviço congelado. Sobre este tema, João Dias da Silva afirmou que "foi a intervenção do primeiro-ministro, António Costa, que impediu" a contabilização dos nove anos, quatro meses e dois dias.

Apesar do balanço que fez do encontro, e de se mostrar otimista quanto ao futuro das negociações, o secretário-geral da FNE não afastou a possibilidade de recorrer a outras formas de luta, incluindo greves: "Saímos daqui com vontade de continuar a apostar na negociação e na necessidade, para darmos força à negociação, de também acrescentarmos iniciativas nossas ou em convergência com outras organizações", afirmou.

Recorde-se que o Governo pretende aumentar o número de quadros de zona pedagógica, de 10 para 63, reduzindo a sua dimensão.

ACÇÕES DE CONTESTAÇÃO E FORMAS DE LUTA ENTRARAM NA AGENDA

E após uma reunião excepcional da Comissão Executiva da Federação ainda na noite de 18 janeiro, a FNE decidiu assumir a concretização de iniciativas próprias e a participação nas mais diversas ações de contestação e formas de luta, por si, pelos seus sindicatos e em convergência com outras organizações sindicais, nomeadamente participando em unidade na Manifestação Nacional, já marcada para 11 de fevereiro.

Isto porque para a FNE e os seus Sindicatos membros, o Governo/Ministério da Educação tem de assumir todas as consequências resultantes da indisponibilidade para adotar medidas concretas de valorização da carreira docente e da sua atratividade ao nível de:

⇒ Manter em equiparação o valor do índice de topo da Carreira Docente com o topo da Carreira Técnica Superior.	NADA!
⇒ Eliminação da exigência de vagas no acesso aos 5º e 7º escalões.	NADA!
⇒ Revisão do regime de reduções da componente letiva por efeito conjugado da idade e do tempo de serviço.	NADA!
⇒ Revisão do regime de acesso à aposentação.	NADA!
⇒ Recuperação do tempo de serviço congelado e das perdas ocorridas nas transições de carreira e das indevidas ultrapassagens.	NADA!
⇒ Revisão da formulação da composição do tempo de trabalho dos docentes, assegurando um efetivo respeito pelos limites do tempo de trabalho.	NADA!
⇒ Eliminação da precariedade que afeta os docentes a exercer funções como técnicos especializados e nas atividades extracurriculares.	NADA!
⇒ Determinação de aumentos salariais que compensem a sistemática perda do poder de compra.	NADA!
⇒ Revisão da Mobilidade por doença.	NADA!

A FNE decidiu assumir a concretização de iniciativas próprias e a participação nas mais diversas ações de contestação e formas de luta.

A FNE considerou indispensável que o Ministério da Educação apresentasse na próxima ronda negocial propostas concretas de valorização da carreira docente, o que a não acontecer pode determinar que a FNE abandone as negociações, até que se verifique a apresentação pelo ME de medidas concretas, que vão ao encontro das legítimas e justas reivindicações dos Educadores e Professores portugueses.

Para a FNE, a reunião de 18 de janeiro situou-se num enorme conjunto de NADAS e de desvalorização dos contributos apresentados na última reunião negocial considerando que uma negociação séria faz-se com aproximações das partes, pelo que a FNE denuncia a ineficácia da última reunião, o que revela que o ME não se assume como é de seu dever, como parceiro negocial de boa fé.

FNE/LUSA





FNE ENTREGOU PARECER SOBRE AS PROPOSTAS APRESENTADAS PELO ME

E no seguimento da reunião de negociação do dia 18 de janeiro, que demonstrou, mais uma vez, a ausência por parte do Ministério da Educação (ME) de resultados práticos e de medidas concretas de valorização da carreira e das condições de trabalho dos docentes, a FNE avançou com a entrega à tutela de um parecer sobre as propostas apresentadas nesse encontro.

A FNE considerou ser urgente a obtenção de uma resposta positiva à mais que visível revolta dos docentes e se alcancem soluções em que todos os educadores e professores portugueses se revejam e se sintam mais reconhecidos e valorizados pelo Governo, a quem compete essa valorização, em termos remuneratórios e de condições de trabalho.

Nesse sentido, a FNE enviou então o seu Parecer Sobre as Propostas apresentadas pela tutela na reunião de 18 de janeiro de 2023, relativamente aos seguintes temas:

A – Revisão do Diploma dos concursos.

- Redimensionamento geográfico dos atuais QZP;
- Critérios para abertura de lugares de quadro;
- Vinculação e colocação por graduação profissional;
- Correção das ultrapassagens;
- Conselho Local de Diretores;
- Gestão dos recursos humanos docentes;
- Possibilidade de vinculação em QA/QE;
- Transição dos atuais para os novos QZP;
- Notas.

B – Burocracia

C - Índices Remuneratórios para Professores Contratados.

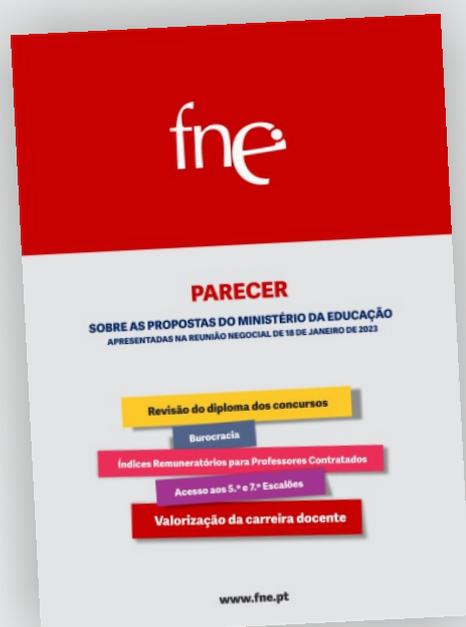
D - Acesso aos 5.º e 7.º Escalões.

E – Questões relativas à valorização da carreira docente.

F – Ensino de Português no Estrangeiro.

A FNE considerou ser urgente a obtenção de uma resposta positiva à mais que visível revolta dos docentes.

Clique aqui para consultar, no site da FNE, o Parecer integral da federação sobre as propostas apresentadas pelo ME, na reunião de 18 de janeiro.



A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória

WEBINÁRIO
24 janeiro 2023
17h00 às 18h30



www.fne.pt

webinar



Dia Internacional da Educação

*A comunicação na sociedade
e na escola, formação e uso*



JOSÉ ESTEVES REI
Universidade de
Trás-os-Montes e
Alto Douro
Orador



RUI MAIA
Centro de Formação
da FNE
Moderador



JOAQUIM SANTOS
Secretário Nacional
da FNE
Moderador

JOSÉ ESTEVES REI: "AGARRAR OS ALUNOS A NÍVEL COMUNICACIONAL É O GRANDE DESAFIO"



55% do impacto da apresentação é feito pela nossa linguagem corporal, gestos e contacto visual, 38% pelo tom de voz e 7% pelo verdadeiro conteúdo da apresentação

A FNE e a AFJET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho) celebraram a 24 de janeiro, o V Dia Internacional da Educação, com um webinar alusivo ao tema "A comunicação na sociedade e na escola, formação e uso", que contou com o Professor Catedrático aposentado José Esteves Rei (Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro) como orador principal e com o Professor Doutor Rui Maia (Centro de Formação da FNE) e Joaquim Santos (Secretário Nacional da FNE) na moderação.

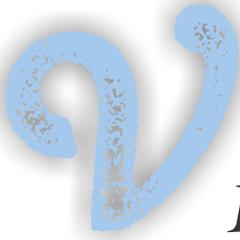
Coube a Joaquim Santos fazer a contextualização político-sindical do Dia Internacional da Educação, que a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou em 3 de dezembro de 2018, com o objetivo de assinalar o papel da educação para a paz e o desenvolvimento dos povos.

De seguida, José Esteves Rei tomou a palavra e começou por apresentar o plano da sua apresentação. O primeiro ponto referiu-se à visão abrangente da comunicação verbal e dos seus primór-

dios, que abriu cerca de uma hora de partilha de conteúdos relevantes e indiscutíveis sobre a história e o papel da comunicação na sociedade.

A eloquência da comunicação não verbal, a forma como as nossas palavras ganham significado diferente de acordo com o tom de voz que usamos ou a nossa linguagem corporal, são uma combinação de sinais que influenciam o impacto da nossa forma de comunicar. 55% do impacto da apresentação é feito pela nossa linguagem corporal, gestos e contacto visual, 38% pelo tom de voz e 7% pelo verdadeiro conteúdo da apresentação.

O exemplo apresentado por Esteves Rei para este caso situou-se na tomada de posse de Lula da Silva, de 1 de janeiro, em que a sua esposa, Janja da Silva, optou por um look diferente do habitual em primeiras-damas. Trocou o vestido habitual por um conjunto de fato cor de champanhe, da designer Helô Rocha, com bordados feitos em parceria com bordadeiras do nordeste do país.



Dia Internacional da Educação

"Queria vestir algo que tivesse simbolismo para o Brasil, para os estilistas, cooperativas e para as mulheres brasileiras", disse Janja. Isto foi por muitos considerado como uma quebra de paradigma na mensagem comunicacional que ali foi transmitida. Para Esteves Rei "as palavras são importantes. Todavia, a forma como elas são apresentadas e a expressão corporal que as acompanha transformam-nas em magia. O homem, porém, exagerou a importância da palavra, como se esta constituísse o todo comunicacional, esquecendo outros aspetos determinantes".

Mas também Aristóteles foi citado nesta iniciativa na questão da importância (do estudo) da comunicação, em que o filósofo grego defendia que "a comunicação / a Retórica anda ligada ao conhecimento comum. Todas as pessoas recorrem a ela, para questionar ou defender um argumento [...]. Todavia, umas fazem-no ao acaso e outras pela prática, resultante do hábito".

Já Marquês de Pombal, no séc.XVIII considerava que "Não há ensino mais útil que o da Comunicação (a Retórica) porque ensina a falar [...] orienta os pensamentos e a sua distribuição e o ornato. Deste modo, ensina os meios e artifícios para persuadir os ânimos e atrair as vontades".

Esteves Rei citou vários filósofos ao longo da sua apresentação e outro deles foi o francês Paul Valéry, defensor da existência de várias línguas para contactar com demais pessoas e contextos, usando o mesmo vocabulário e a mesma sintaxe relativamente à questão "Donde nasce a dificuldade em comunicar?". O orador convidado citou depois alguém que é uma referência na sociologia: Pierre Bourdieu, que considerava que não basta falar bem, mas sim falar a propósito, isto sobre "Critérios de bem falar para grupos".

Voltando ao caso português, o antigo professor da UTAD referiu que nos anos 60-70, e falando de

Comunicação Empresarial, dá-se a grande mudança, na indústria e nos serviços. Entre 1950 e 1970, assiste-se em Portugal ao desenvolvimento da indústria e da economia, o que aumenta as relações de contacto direto, isto é, de comunicação interpessoal de largas camadas da sociedade.

A imprensa também ganhou, por todo o lado, mais destaque com o surgimento do jornal, muito sob o signo do engano após 1640, para mostrar que a luta da independência iria melhor do que estava indo. A leitura do jornal foi sempre denegrida pela cultura e pela escola: seria perda de tempo, veículo de mentiras, desvio de leituras sérias, um veículo de saber desconexo.

"A comunicação social emerge da escola e, por uma vez, a escola à frente da sociedade?" questionou Esteves Rei. "Sim e a imprensa escolar esteve muito viva na 1.ª metade do século XX. O colégio jesuíta de Santo Tirso manteve o jornal "O Nosso Colégio" de 1904 aos anos 70. Com os seus artigos juvenis, nele deram os primeiros passos na escrita gradas figuras de todos os setores da sociedade, como os Irmãos Pinto da Costa, na ciência e no desporto, Luís Sttau Monteiro e Ary dos Santos na literatura".

Daí surgiu o I Encontro da Imprensa Escolar, que concluiu que tinha de ser criada uma escola de jornalismo, cuja falta tanto se faz sentir no país; que fosse estudado e elaborado um 'Estatuto da Imprensa Escolar'; que fosse publicado quanto antes, e fornecido a todos os núcleos de Jornalismo, o "Manual de Jornalismo Escolar"; que se instituassem bolsas de estudo, para professores e alunos com estágio; que se realizassem periodicamente cursos de Jornalismo para dirigentes a nível nacional e regional - extensivos aos alunos. Esta era uma pequena revolução na forma de comunicar através da imprensa e que ganhava força através das escolas.

A leitura do jornal foi sempre denegrida pela cultura e pela escola: seria perda de tempo, veículo de mentiras, desvio de leituras sérias, um veículo de saber desconexo

A comunicação na sociedade e na escola, formação e uso

Mas só nas décadas de 1980 para 1990 é que a comunicação entra no ensino superior em Portugal. Muitos professores de línguas, filosofia, sociologia, psicologia fazem um enviesamento nas suas formações e carreiras para satisfazer essa carência socioeducativa. Tivemos então uma revolução comunicacional. Foi o que se fez em Portugal nos últimos 50 anos – acontecimento pelo qual passaram outros países bem antes de nós: da família à escola, da comunicação social à empresa, das instituições ao relacionamento interpessoal.

Entre os pressupostos temos a alfabetização universal dos anos 50, com o surgimento e expansão da empresa, como forma de organização do trabalho, a ponto de hoje trabalhar significa trabalhar em organização, com o desenvolvimento em todos os sentidos das organizações: clubes, sindicatos, associações, ligas - profissionais ou de lazer.

A temática do webinar rumou depois para o campo do papel da literatura como forma de comunicação. Haverá uma comunicação literária? Como caracterizá-la? Esteves Rei fez-se valer do escritor francês Yves Vadé, que dizia que se tratava “de uma comunicação mágica: o que veicula não é da ordem do sentido ou da lógica, mas do âmbito pulsional – produz perturbações como prazer, angústia, êxtase, agressividade”. Comparando com a matemática, “a comunicação literária é mágica, não é racional; o seu conteúdo situa-se na fantasia, no imaginário, num mundo de coordenadas diferentes das do mundo social”.

Qual então a finalidade da comunicação literária? A literatura e a comunicação literária entranharam-se, desde sempre, na vida dos homens, que não deixaram indiferentes muitos filósofos, revelando posições muito diversas sobre elas.

Platão preocupa-se com “a praxis orientada para o sucesso”, ético e pessoal. As limitações da literatura e da comunicação literária estão nelas,

porque apresentam as atitudes e as ações das personagens sem as questionarem, aceitam as normas sem as problematizarem.

Mas o seu discípulo, Aristóteles, autor de uma teoria do Estado, “aplica à comunicação literária e à literatura, objetivos políticos: garantem o descanso das grandes massas e suprimem as tensões entre os grandes estratos da população. O recetor deixa-se dominar por aquilo que é representado na obra literária, de tal forma que se esquece de si próprio e do seu mundo. Submerge no mundo “da bela aparência, da verosimilhança, de modo que o mundo de sofrimento que o envolve, com as suas representações e normas, deixa de existir”, citou a respeito Esteves Rei do filósofo grego.

A fechar esta iniciativa que marcou o V Dia Internacional da Educação, falou-se de escola e se ensinar é comunicar. Para o orador convidado “ensinar é comunicar. A comunicação é uma transferência de informações que fazem reagir os semelhantes em comportamento-resposta adequado à mensagem”. E é por isso que uma aprendizagem eficaz se consegue através do ensino a outros, seguido da prática no terreno e da discussão como principais formas de alcançar essa eficácia na aprendizagem.

Na parte final do webinar, o Professor Esteves Rei respondeu a algumas questões colocadas pelos participantes sobre a forma como os professores devem gerir e lidar com a comunicação, deixando um alerta: “A comunicação veio para ficar. É preciso distinguir a comunicação em cada contexto, mas o grande desafio que o professor enfrenta na escola é agarrar os alunos a nível comunicacional”.

Neste âmbito, e em jeito de homenagem, dedicou este webinar ao Professor Óscar Lopes, orientador da sua tese de mestrado, nos anos 70 e que dizia: “Eu até tenho obrigação de ser feliz! Gosto do que faço... e há gente que me ouve sobre aquilo que eu faço!”.

“Ensinar é comunicar. A comunicação é uma transferência de informações que fazem reagir os semelhantes em comportamento-resposta adequado à mensagem”.



JOSÉ ESTEVES REI
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Orador



RUI MAIA
Centro de Formação da FNE
Moderador



JOAQUIM SANTOS
Secretário Nacional da FNE
Moderador

Dia internacional da Educação



MENSAGEM DA FNE RELEMBRA IMPORTÂNCIA DA DATA

A FNE comemorou em 24 de janeiro o Dia Internacional da Educação 2023. Este dia foi criado através da Resolução 73/25 da Assembleia Geral da ONU, datada de 3 de dezembro de 2018.

O objetivo deste dia é o de sensibilizar toda a sociedade civil para que se cumpra o Direito à Educação, que se encontra consagrado no artigo 26º da «Declaração Universal dos Direitos Humanos» (de 1948) e na «Convenção sobre os Direitos da Criança» (de 1989). O Dia Internacional da Educação sublinha, de igual modo, o papel da Educação enquanto meio - e enquanto instrumento - para quebrar ciclos de pobreza e proporcionar o desenvolvimento social.

A Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, adotada em setembro de 2015, reconheceu que a educação é um pilar essencial para os 17 Objetivos de Desenvolvi-

mento Sustentável (ODS) e para as respetivas 169 metas. Em particular, para o **Objetivo número 4**, que assume o compromisso de garantir oportunidades educativas inclusivas e de qualidade, bem como de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

Em 2023, o tema deste dia é **Investir nas pessoas, priorizar a educação**. Na sequência da **Cimeira da ONU para Transformar a Educação**, realizada em setembro de 2022, em Nova Iorque, a educação deve ser priorizada para acelerar o progresso em direção a todos os 17 ODS, no contexto de uma recessão económica quase global, de desigualdades crescentes e de crise climática.

A UNESCO dedica ainda este ano às raparigas e mulheres no Afeganistão, que foram privadas do seu direito à educação, com um forte apelo ao levantamento imediato da proibição que restringe o seu acesso ao Direito à Educação.

Este dia sublinha, o papel da Educação enquanto meio - e enquanto instrumento - para quebrar ciclos de pobreza e proporcionar o desenvolvimento social.

UM HAMSTER NA ESCOLA

A pandemia Covid-19 provocou em muitos países o fecho das escolas e a alteração para um ensino à distância disruptivo, particularmente difícil para crianças e jovens em situação vulnerável, e para os seus professores, gerando uma crise global da aprendizagem que pode provocar **retrocessos numa geração inteira**.

As alterações climáticas, as mudanças tecnológicas e o mundo do trabalho geram a consciência de que os sistemas de educação formal convencionais não geram o conhecimento, nem as competências necessárias para responder às necessidades e aspirações da sociedade, para construir um futuro pacífico e sustentável.

Para a UNESCO e para a FNE, é este o momento e a oportunidade para **reimaginarmos a educação**, através de compromissos nacionais e internacionais e de um maior envolvimento da sociedade.

Valorizar os educadores e professores, o ensino e a profissão docente é uma das linhas fundamentais da UNESCO para transformar a Educação. No entanto, o que verificamos em muitos países é uma **frente de guerra ideológica** dos Governos contra a educação, contra uma escola pública de qualidade, contra os educadores, professores e trabalhadores não docentes.

Uma frente de guerra:

- Através da falta de investimento na melhoria de condições de vida e de trabalho dos profissionais da educação;
- Através da contínua implementação de medidas puramente economicistas, incluindo nos modelos de avaliação de desempenho;
- Através de uma pretensa inclusão, que gera ainda uma maior exclusão social;
- Através de diversas formas de privatização da educação;
- Através do desrespeito pela diversidade, incluindo de género, de imigrantes e de migrantes;
- Através de formas claras ou mais encapotadas de precariedade laboral;
- Através de processos que aprisionam a liberdade pedagógica e académica.

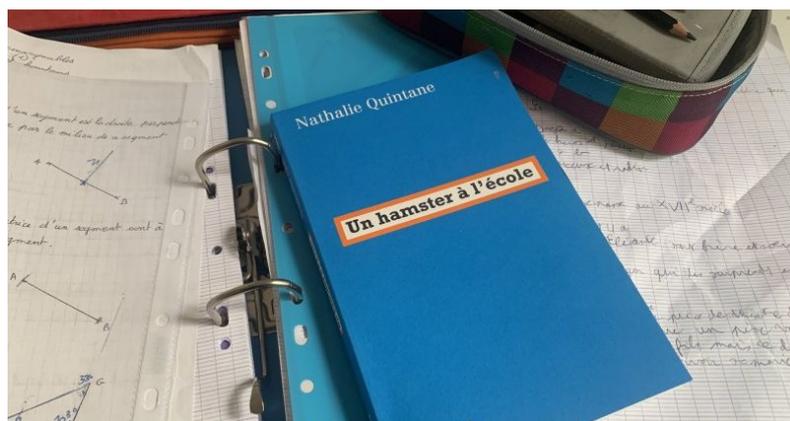


Valorizar os educadores e professores, o ensino e a profissão docente é uma das linhas fundamentais da UNESCO para transformar a Educação.

Em 14 de janeiro de 2021, a professora e escritora francesa Nathalie Quintane descreveu o trabalho do professor como o de um **hamster na escola** (La Fabrique – Éditions). Um professor assoberbado de trabalho e de tarefas ultra burocráticas, forçado a correr a roda durante todo o dia, tantas vezes em prejuízo dos seus próprios alunos. E rematou, em entrevista à Revista Diacritik: **“Não existe qualquer mutação da profissão docente. O que existe é uma liquidação”**.

No dia 24 de janeiro de 2023, Dia Internacional da Educação, a organização mundial que agrega os professores de todo o mundo – a Internacional da Educação, de que a FNE é membro – lançou uma campanha global por **Mais Investimento na Educação e na Escola Pública de Qualidade**.

A FNE, todos os seus sindicatos e todos os educadores e professores de Portugal tomarão esta campanha como sua, clamando todos em uníssono: **SIM**.



entrevista



CARLOS GUIMARÃES

Ex-Presidente do STAAE-ZN

CARLOS GUIMARÃES: “NÃO FOI UMA GREVE QUE RESOLVEU O DL 515/99”

Antigo Presidente e líder do Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte – STAAE-ZN durante 30 anos, Carlos Guimarães recorda os tempos de formação do sindicato, da integração na Federação Nacional dos Sindicatos de Professores -FNSP (depois FNE), e da relevância dos ensinamentos de sindicalismo de Manuela Teixeira e Luís de Melo. Em sua opinião, o Instituto Superior de Educação e Trabalho – ISET foi determinante para o aumento das qualificações e da valorização do pessoal não docente em Portugal.

JORNAL FNE (JF) - COMO SURTIU A IDEIA DE UM SINDICATO DE TRABALHADORES NÃO DOCENTES?

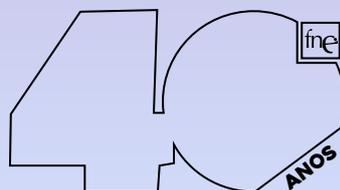
CARLOS GUIMARÃES (CG) – O Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte (STAAE-ZN) foi criado por um grupo de pessoas, que mais tarde se tornaram dirigentes, com o objetivo de dignificar o pessoal não docente. Na altura, entrámos em contacto com o Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN), porque recebíamos nas secretarias das escolas muita informação sobre o pessoal docente, algo que nos deu muita bagagem para levarmos a bom porto as nossas funções. Contactámos a então Presidente do SPZN, Dra. Manuela Teixeira, expusemos os nossos propósitos e daí surgiu a ideia de formarmos um sindicato. Deste modo nasceu o STAAE-ZN.

Em 1989 tivemos o primeiro congresso, já com alguns associados. Convidámos a Dra. Manuela Teixeira que quando lá chegou o congresso já tinha terminado, porque durou apenas 15 minutos. Todos os elementos da organização ficaram aflitos, mas a Presidente do SPZN fez questão de nos dizer para não nos preocuparmos, porque o STAAE-ZN iria ser um sindicato muito forte no futuro. Na verdade, devemos muito ao SPZN. A partir desse momento, o SPZN ajudou-nos na dinamização, emprestou-nos gratuitamente as suas instalações, pôs à disposição o seu gabinete jurídico e fomos evoluindo até nos tornarmos um sindicato com uma forte representação.

JF - COMO SURTIU A LIGAÇÃO ENTRE A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DE PROFESSORES (DEPOIS FNE) E O STAAE-ZN?

CG – A determinada altura, o STAAE-ZN sentiu necessidade de integrar a Federação de sindicatos, liderada por Manuela Teixeira. Em 1989 a FNSP passou então também a integrar o pessoal não docente e passou a designar-se como FNE - Federação Nacional dos Sindicatos da Educação. Vem daí a integração do STAAE-ZN na FNE. Fomos o primeiro sindicato de não docentes a ser admitido na federação. A partir daí evoluímos, tivemos várias questões reivindicativas a resolver e a primeira foi a mudança do Decreto-Lei 57/80, em que parte do pessoal não docente - como os serventes - passaram a ser contínuos. Mas não estávamos satisfeitos. Lutávamos por melhores condições salariais e também pela dignidade do pessoal não docente. O STAAE-ZN também deve muito a Luís de Melo, antigo Vice-Secretário-Geral da FNE, que sempre nos acompanhou, e também ao SPZN e ao SPZC (Sindicato de Professores da Zona Centro), a quem rendo a minha homenagem, porque nos ensinaram muito a evoluir. Da formação inicial do STAAE-ZN sou o único sobrevivente.

A partir daí evoluímos, tivemos várias questões reivindicativas a resolver e a primeira foi a mudança do Decreto-Lei 57/80.





JF - HAVIA UNANIMIDADE NA INTEGRAÇÃO DO STAAE-ZN NA FEDERAÇÃO?

CG – Sim, havia unanimidade. As pessoas acreditavam em nós. A equipa organizadora foi constituída por chefes de serviço de administração escolar. A única questão foi que começaram a tratar-nos como o "sindicato dos chefes". Então tivemos de demonstrar que isso não era verdade. Outro grande problema surgiu com o DL 515/99 em que os assistentes de ação educativa tinham o mesmo vencimento que o pessoal administrativo. Muitos associados não concordaram e abandonaram o sindicato. Mas Manuela Teixeira demonstrou-nos que cada um tinha o seu lugar. E que os administrativos nunca iriam fazer o lugar dos assistentes de ação educativa, chamado pessoal de apoio.

JF - QUAIS FORAM AS MAIORES DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DO STAAE-ZN?

CG - As maiores dificuldades foram, acima de tudo, o pouco conhecimento que tínhamos sobre sindicalismo. Tivemos que aprender. Nesse aspeto, o papel, a experiência e o conhecimento de Luís de Melo foi determinante, inclusivamente no acompanhamento de questões negociais. Quando as coisas não corriam de feição para o nosso lado, Luís de Melo "distraía" os negociadores da tutela e nós ficávamos a entender as técnicas que ele utilizava. Muitas vezes quando ele não queria algo fechava o seu caderno e terminava as reuniões dizendo «nós estamos aqui, vocês passam». Nós ficávamos a olhar, mas sempre muito atentos às suas técnicas de negociação.

ENTUPIR O FAX DO MINISTRO

JF – ENTRETANTO, EM 3 DE JANEIRO DE 1991, A FEDERAÇÃO CRIOU O ISET – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E TRABALHO. QUE INFLUÊNCIA TEVE O ISET NOS TRABALHADORES NÃO DOCENTES?

CG - A uma certa altura a FNE negociou com o então Ministro da Educação, João de Deus Pinheiro, a valorização dos professores de trabalhos manuais. E nós olhámos e dissemos que também queríamos uma melhoria nesse sentido, mas a FNE defendeu que a não podíamos ter porque para isso era necessário possuir uma licenciatura de raiz. A princípio achámos que aquilo nunca iria acontecer e que estávamos a perder tempo, pois não estávamos a ver como é que o pessoal não docente poderia vir a adquirir uma licenciatura de raiz.

Entretanto a FNE, por intermédio de Manuela Teixeira e Conceição Alves Pinto, entrou em contacto com o Ministério da Educação, apresentando um dossier de valorização das qualificações dos não docentes e no tempo do governo de Pedro Santana Lopes foi assinado o despacho que criou as licenciaturas no ISET. «Conseguimos. Mas e agora onde estão os alunos?», perguntou Luís de Melo. Fiquei atrapalhado, mas não desarme. Disse a Manuela Teixeira que não andávamos a brincar e que iríamos ter muitos alunos dos não docentes interessados em tirar a licenciatura no ISET. Foi o que aconteceu. Grande parte dos dirigentes do STAAE-ZN inscreveram-se e todos ficámos satisfeitos. Dessa altura veio a primeira turma do pessoal não docente do ISET. Muitos trabalhadores não docentes valorizaram assim as suas qualificações, passando a ter uma licenciatura. Não foi fácil, exigiu um elevado esforço financeiro de parte dos formandos. Deu muito trabalho, foi sempre um processo rigoroso, mas valeu a pena.

As maiores dificuldades foram, acima de tudo, o pouco conhecimento que tínhamos sobre sindicalismo. Tivemos que aprender. Nesse aspeto, o papel, a experiência e o conhecimento de Luís de Melo foi determinante.

JF – A FNSP E O ISET FORAM ENTÃO DETERMINANTES NO CRESCIMENTO DOS DIRIGENTES DO STAAE-ZN E NO PRÓPRIO SINDICATO...

CG – Sem dúvida. Começámos a evoluir e percebemos que era preciso valorizar os trabalhadores não docentes e as suas qualificações. Iniciámos então uma negociação de criação de novos profissionais dentro das escolas, como os psicólogos e os assistentes de ação educativa - um termo criado por Manuela Teixeira e por Dr. Luís de Melo. Qual a importância e a finalidade destes assistentes? Porque nas escolas os alunos não podiam estar abandonados nos períodos de interrupção letiva ou quando um professor tivesse que faltar ao serviço. Mas nunca deixámos para trás outros profissionais que já estavam no sistema educativo, como os auxiliares de ação educativa, que teriam de fazer um curso de formação e se fossem aprovados passariam a assistentes de ação educativa. A princípio, a maior parte dos professores não acreditaram nesta situação e neste grupo de profissionais. Mais tarde, no tempo da Ministra Maria de Lurdes Rodrigues, os professores faltavam e eram substituídos por professores de outras disciplinas. Foi uma marca porque os professores achavam que os assistentes iam tirar-lhes o lugar. Mas não. Tal jamais existiu. Os assistentes de ação educativa passaram a acompanhar os alunos nas bibliotecas, nos recreios e noutro tipo de funções.

JF - O DL nº 515/99, DE 24 DE NOVEMBRO, É UM MARCO SINDICAL. E TROUXE A NOVIDADE DE UM REGIME JURÍDICO DO PESSOAL NÃO DOCENTE, NO TEMPO DE ANTÓNIO GUTERRES. COMO DECORREU O PROCESSO NEGOCIAL ATÉ À PUBLICAÇÃO DESTE DIPLOMA LEGAL?

CG - Como conseguimos o DL 515/99? Foi uma batalha muito grande. Praticamente ninguém acreditava que este DL algum dia viesse a tornar-se realidade. A FNE juntou todos os sindicatos da UGT do pessoal não docente numa reunião na sede da Federação, em Lisboa. Entretanto, Luís de Melo tinha falado previamente comigo sobre o que se ia passar. Recordo que, nesse dia, Manuela Teixeira ia viajar para Helsínquia, pela UGT, mas mantendo-se em contacto permanente com o curso da reunião. Não foi uma greve que resolveu o DL "515". O que se decidiu nessa reunião foi dirigir uma carta reivindicativa ao então Ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, enchendo-lhe o fax com a ajuda dos nossos dirigentes.

Já íamos no comboio de regresso ao Porto quando Luís de Melo me pediu para cancelarmos os envios. Porquê? porque o Ministério tinha ligado à Dra. Manuela Teixeira a dizer que o fax da tutela tinha sido de tal modo invadido que não havia sequer possibilidade de dar resposta a outros assuntos. A partir dali fomos discutir e negociar o "515". Mas havia um desentendimento, porque o Ministério não queria passar os assistentes de ação educativa sem habilitações para a respetiva categoria. A discussão foi grande, intensa, continuada, mas a FNE assinou o acordo, na condição de que os auxiliares de nível 1 e nível 2 passarem a assistentes, caso completassem cursos de formação. Assim nasceu e foi concretizado o saudosos e tão lembrado DL - 515/99, que muito dignificou os trabalhadores não docentes.

Mas nunca deixámos para trás outros profissionais que já estavam no sistema educativo, como os auxiliares de ação educativa.

Leia a 2ª parte desta entrevista na edição de fevereiro

**Joaquim Santos e Tiago Soares
Jornal FNE**



VALORIZAR OS PROFESSORES, PRESTIGIAR AS ESCOLAS

Apesar dos enormes investimentos já feitos em Educação e Formação, continuamos, em termos de qualificações dos Portugueses, ainda aquém do que seria desejável para a determinação de uma sociedade mais desenvolvida e mais justa.

O Relatório “Education at a Glance 2022”, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), refere que, refletindo um esforço de investimento nas políticas educativas, em Portugal o sistema de educação e formação evoluiu muito consideravelmente nas últimas décadas, tendo a taxa de abandono escolar precoce decrescido para menos de metade nos últimos seis anos (de 13,7% em 2015, para 5,9% em 2021).

Por outro lado, entre 2000 e 2021 a proporção de jovens portugueses com o ensino superior aumentou 35 pontos percentuais, mais do que o aumento de 20 pontos percentuais registados, em média, na OCDE.

É para nós claro que o investimento em educação e formação de qualidade constitui uma aposta estratégica para gerar emprego e melhorar o nível de vida, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional de cada um, bem como para o desenvolvimento de toda a sociedade.

No “Education at a Glance 2022”, a OCDE destaca, ainda, os efeitos da pandemia Covid-19 nas aprendizagens, o esforço de Portugal na definição e implementação de programas de apoio à recuperação de aprendizagens, programas de tutoria, bem como as medidas que possibilitaram a redução de abandono escolar para os alunos em situações socioeconómicas mais frágeis e

o investimento na digitalização das práticas ao nível das ferramentas de trabalho e do sistema de avaliação.

Sempre na primeira linha de intervenção, os professores trabalharam para a redução rápida do abandono escolar precoce, para uma preparação adequada dos alunos para o ingresso e sucesso no ensino superior e, em tempos de pandemia, o esforço dos professores foi adequado ao ensino e determinante nas aprendizagens dos alunos.

Os educadores e professores têm um papel fundamental não só na aprendizagem de crianças e jovens, mas também no desenvolvimento da sua motivação, da criatividade, da autonomia e da estabilidade emocional.

No entanto, a importância desta profissão e dos seus profissionais tem sido desvalorizada. É grande a insatisfação que sentem em relação às condições de desenvolvimento da sua carreira, das condições de trabalho, da precariedade e da instabilidade que marcam a sua vida profissional. Apesar de tudo a Escola vai sobrevivendo devido ao empenho profissional dos seus educadores e professores. Até quando?

A Educação e de uma forma especial os professores e educadores legitimamente aguardam por melhores condições de trabalho e por ações de intervenção concretas, que permitam o rejuvenescimento da classe docente, a eliminação da precariedade e tornem a profissão docente atrativa.

Maria José Rangel
Presidente do SDPGL



CARREIRAS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO? OS QUÊS E OS PORQUÊS - REFLEXÃO (Parte II)



A 23 de outubro de 2020, o CNED faz publicar a Recomendação nº 4/2020, clarificando que “com a emergência do novo paradigma de escola inclusiva, foram vários os normativos, documentos orientadores e projetos estruturantes que vieram introduzir alterações ao funcionamento das escolas e à atuação dos diferentes profissionais. Incluem -se os assistentes e técnicos especializados, que viram reconhecido o seu papel na prossecução da mudança, não sendo raras as vezes em que os documentos legislativos identificam estes profissionais como recursos humanos necessários e previstos para o cumprimento de medidas específicas. Os pressupostos preconizados para a valorização da escola e dos seus profissionais enquanto agentes de mudança e de desenvolvimento através de uma ação educativa orientada para a construção de ambientes educativos de qualidade, evidenciam, adicionalmente, a clara necessidade de diferenciação dos seus perfis profissionais e de competências”. Desta Recomendação emergem as seguintes necessidades para atuação imediata:

a) Proceder a uma caracterização global deste grupo alargado de profissionais, explicitar as suas funções e papéis desempenhados, a articulação entre si e com os restantes agentes da comunidade educativa (e.g. alunos, educadores/professores, pais/cuidadores/encarregados de educação, órgãos de gestão/administração, poder local, tecido empresarial), evidenciando a sua importância para a construção de uma escola que se pretende inclusiva;

b) Clarificar as especificidades profissionais e as competências de cada categoria, de modo a facilitar um entendimento sobre quais os contributos e intervenção destes agentes educativos, quer no âmbito dos diferentes espaços, modalidades e níveis da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, incluindo os cursos profissionais, quer na implementação de medidas para o sucesso escolar e educativo;

c) Identificar mais especificamente que papéis assumem na escola inclusiva e no apoio a alunos, em particular os que integram grupos mais vulneráveis (e. g. contextos socioeconómicos e culturais mais desfavorecidos, portadores de deficiência);

d) Sintetizar o conjunto de desafios que se colocam ao exercício profissional dos assistentes operacionais e de técnicos especializados, às lideranças escolares e à gestão destes recursos humanos, identificando desta forma os critérios, opções e prioridades subjacentes à apresentação de um conjunto de recomendações sobre a condição dos AO e TE, no quadro das políticas educativas atuais.

A estas, acrescenta -se a necessidade de rever os percursos de qualificação/ formação inicial e de formação contínua integrados no sistema nacional de certificação profissional/ Catálogo Nacional de Qualificações, nomeadamente no que se refere ao auxiliar e técnico de ação educativa, cujos currículos atuais se encontram desatualizados e indistintos quanto às diferentes competências que devem ser mobilizadas pelo Pessoal de Apoio Educativo, face às diferentes faixas etárias de crianças e jovens, nos graus de ensino em que intervêm.

A marca fulcral que a educação das crianças e jovens imprime ao progresso de uma nação e os novos desafios que as sociedades e economias colocam à sua preparação como cidadãos ativos encontram-se amplamente estudados e confirmados pelas ciências educativas e humanas em geral. Num mundo que muda veloz, a nossa inação compromete seriamente não só o pleno desenvolvimento das competências e talentos das nossas crianças e jovens de hoje, como também o das gerações vindouras, devido à natureza estrutural dos impactes que o sistema educativo tem em todas as dimensões da vida.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO



O Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) e o Instituto Sindical Europeu (ETUI) levaram a cabo uma formação sobre “Compreender a Inteligência Artificial (IA) na Educação”, que decorreu nos dias 1 e 2 de dezembro de 2022, na cidade de Antuérpia, na Bélgica.

Os objetivos da formação justificam-se pelo facto de os instrumentos de aprendizagem baseados em IA terem, cada vez mais, uma presença assídua no setor da educação, razão pela qual os professores, os profissionais da educação e as escolas deverem estar preparados para este novo contexto.

Na realidade, a utilização de IA na educação cresceu rapidamente e teve um impulso no ensino e aprendizagem online, disruptivos e de emergência, durante a recente crise do COVID-19. Neste período, ferramentas de avaliação baseadas em IA, aprendizagem de idiomas aprimorada por computador, professores sintéticos e virtuais, a aprendizagem colaborativa virtual ou os detetores de comportamentos e stresse emocional aumentaram em grande escala.

Embora a IA na educação seja aclamada como uma tecnologia inovadora que leva a uma grande melhoria, ela também apresenta riscos e ameaças para os profissionais da educação e para os alunos. Por esse motivo, é crucial que os dirigen-

tes sindicais sejam adequadamente treinados para reconhecer esses riscos e abordá-los, em conformidade, nas negociações e nos processos de negociação coletiva.

Assim sendo, e na sequência da implementação da “Resolução do CSEE sobre IA na Educação”, do “Compromisso do CSEE para abordar a IA na Educação” e com base no resultado do “Projeto 'e-Speed' em Educação Digital”, a organização europeia que representa os educadores e professores na Europa delineou três metas principais para os participantes desta formação.

Tais metas foram: melhorar a compreensão dos sindicatos da educação sobre as aplicações concretas da IA na educação, usando uma abordagem prática; aprofundar a experiência dos sindicatos da educação sobre o impacto dos sistemas de IA nos trabalhadores e estudantes da educação (entre outras, em termos de proteção de dados, direitos digitais, preocupações éticas); e fortalecer a capacidade dos representantes dos sindicatos nas negociações e nas convenções coletivas em questões relacionadas com a IA.

A responsável do CSEE por esta área, a italiana Martina Di Ridolfo, confidenciou ao SPZN que o final do ano de 2023 poderá trazer uma formação de nível II nesta mesma área. O representante do SPZN nesta formação foi Joaquim Santos.

FNE EM BRUXELAS NO DIÁLOGO SOCIAL SETORIAL DA EDUCAÇÃO

Os 27 delegados nacionais de cada país europeu do Diálogo Social do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) e da Federação Europeia de Empregadores da Educação (em inglês, EFEE) reuniram-se, em 15 de dezembro do ano passado, em Bruxelas, para a Reunião Plenária do Diálogo Social Setorial Europeu na Educação (ESSDE), que inclui ainda a participação, financiamento e avaliação da Comissão Europeia (CE).

O Plenário serviu para os sindicatos e os empregadores da educação definirem o seu plano de trabalho comum para os próximos anos e se comprometerem com prioridades concretas e atividades conjuntas, nomeadamente documentos políticos e prosseguimento de projetos educativos.

Jitka Hrudova e Géraldine Libreaux (ambas CE) apresentaram respetivamente a revisão em curso do diálogo social setorial a nível da UE e o relatório da Comissão sobre como recrutar, formar e motivar pessoal qualificado na Educação e Cuidados na Primeira Infância. Por seu lado, o seu colega Stefan Zotti fez uma apresentação sobre como garantir investimento qualitativo e sustentável na educação em tempos de recuperação da pandemia, compartilhando algumas das principais conclusões do grupo de especialistas da Comissão sobre investimento de qualidade no setor educativo.

Joaquim Santos (FNE) e Rodrigo Queirós de Melo (CNEF) foram alguns dos delegados nacionais que deixaram o seu contributo sobre a forma como os parceiros sociais na educação podem contribuir para a resiliência e sustentabilidade do investimento nos sistemas educativos europeus.

O Plenário adotou três documentos produzidos no âmbito de projetos conjuntos de parceiros sociais: 1 - a Declaração Conjunta sobre Oportunidades e Desafios da Digitalização para o Setor Educacional; 2 - a Declaração conjunta sobre a promoção da implementação de ferramentas OIRA em instituições de ensino, pelos parceiros sociais setoriais europeus em educação; e 3 - As recomendações políticas conjuntas sobre aprendizagem ao longo da vida para todos: Parceiros Sociais na Educação Promovendo o Ensino e

Formação Profissional (EFP) de Qualidade e Inclusivo para Melhorar a Aprendizagem ao Longo da Vida para Todos.

Parte crucial da reunião foi um debate sobre a atratividade da profissão docente, matéria de um documento político a ser discutido em 30 e 31 de janeiro de 2023, em Varsóvia, quando for da conferência final do projeto com o mesmo nome. A FNE deixou neste ponto um conjunto de propostas, que foram tidas em conta tanto pelo CSEE, como pela própria EFEE.

A reunião plenária serviu igualmente para os delegados avaliarem o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos dois anos, imediatamente antes de discutirem a adoção do Programa de Trabalho 2022-2023, que aborda novos e futuros desafios, numa visão de longo prazo.

No centro do trabalho conjunto para os tempos mais próximos estarão 9 tópicos específicos: Investimento de qualidade na educação e formação; Diálogo social e capacitação; Atratividade da profissão docente; Digitalização e inovação na educação; Saúde e segurança Ocupacional. Ainda: Educação para a Sustentabilidade Ambiental; Inclusão, igualdade e cidadania democrática na educação e formação; Qualidade e inclusão do EFP e estágios; e Ensino Superior e Investigação.

Face à crescente diversidade da sociedade europeia, a inclusão, a igualdade e as questões democráticas são também colocadas em primeiro plano.



O Plenário serviu para os sindicatos e os empregadores da educação definirem o seu plano de trabalho comum para os próximos anos.





EU-OSHA LANÇA CAMPANHA "LOCAIS DE TRABALHO SEGUROS E SAUDÁVEIS 2023-2025"

A Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA) lançou a campanha *Locais de Trabalho Saudáveis 2023-2025*, que sensibiliza para o impacto das novas tecnologias digitais no trabalho e nos contextos laborais.

Intitulada "O Trabalho Seguro e Saudável na Era Digital", a campanha alerta para os desafios e oportunidades associados à Segurança e Saúde no Trabalho (SST) nos processos de digitalização e fornece uma plataforma para o intercâmbio de boas práticas na Europa.

Michael Gillen (EU-OSHA) observou como a digitalização apresenta oportunidades e desafios: "Apesar dessa interrupção em nossas vidas profissionais, os efeitos da digitalização na segurança e saúde ocupacional são relativamente desconhecidos".

Mas há benefícios potenciais, aponta Gillen, referindo a automação (que pode permitir que as máquinas assumam tarefas repetitivas e inseguras), a robótica e inteligência artificial (que podem apoiar e substituir pessoas que operam em ambientes perigosos), a big data (que pode permitir sistemas de monitoramento eficazes) e o trabalho remoto - que pode oferecer maior autonomia e flexibilidade aos trabalhadores.

"Sou um beneficiário do trabalho a distância e o meu equilíbrio entre vida profissional e pessoal foi recuperado nos últimos dois anos e meio", notou Gillen. 'Mas há trabalhos que estamos a fazer hoje que não foram previstos há cinco anos

atrás. Não podemos esperar que a regulamentação chegue", acrescentou. "A mensagem abrangente da nossa campanha é que o trabalho digital traz benefícios notáveis, mas apenas se for projetado, implementado, gerenciado e usado com uma abordagem centrada no ser humano.'

Entre 2023 e 2025, a EU-OSHA destacará como usar as tecnologias digitais de forma segura e produtiva em todos os setores. A nova campanha concentra-se em cinco áreas prioritárias: trabalho a distância e híbrido, sistemas digitais inteligentes, trabalho de plataformas, robótica avançada e inteligência artificial (IA) e gestão de trabalhadores através de IA.

"Como sempre, damos as boas-vindas à participação de todas as partes interessadas, além da nossa rede tradicional de parceiros", concluiu Gillen. 'E vamos alcançar a comunidade técnica e de investigação, software, designers industriais e startups. Tal como o fizemos anteriormente na promoção da saúde musculoesquelética, precisamos de todos os jogadores à volta da mesa para fazermos mudanças duradouras para os trabalhadores nesta Era Digital".

Em linha com a abordagem de 'visão zero' para mortes relacionadas com o trabalho do *Quadro Estratégico da UE para a SST 2021-2027*, bem como os objetivos da *Estratégia Digital Europeia*, a campanha procura colocar a SST no debate político mais amplo da União Europeia e também considera a dimensão de género e as necessidades de grupos específicos de trabalhadores em maior risco.

CAMPANHAS SÃO DAS MAIORES DO MUNDO

A campanha baseia-se fundamentalmente nas conclusões e recursos da *Visão Global da EU-OSHA sobre digitalização 2020-2023*, mas inclui igualmente pesquisas em outras áreas, como os *Estudos Prospetivos* e a *Visão Global* da organização em matéria de suporte à conformidade.

A mensagem das *Campanhas Locais de Trabalho Seguros e Saudáveis* é «A segurança e saúde no trabalho diz respeito a todos». É bom para si. É bom para as empresas. A EU-OSHA ajuda a promover as campanhas elaborando guias práticos e ferramentas disponíveis gratuitamente. Cada campanha apresenta também os [Prémios Europeus de Boas Práticas](#) e o [Prémio Cinematográfico Locais de Trabalho Seguros e Saudáveis](#).

O prémio distingue um documentário que incida sobre o ser humano num mundo laboral em mutação. O filme deve abordar os efeitos das mudanças políticas e económicas na maneira como vivemos e trabalhamos ou temas relacionados com o trabalho, como as condições físicas e psicossociais e os riscos existentes e emergentes no local de trabalho.

Em 2022, o prémio cinematográfico foi entregue a Ivan Mora Manzano, pelo filme “The Beach of



Enchaquirados”, a história de Vicky, uma profissional do mar que à noite dirige um bar na agitada praia da pequena aldeia onde vive no Equador. Vicky pertence à comunidade local transgénero, em que não há uma demarcação rigorosa entre o género e a sexualidade, e concilia o trabalho fisicamente penoso no mar com a elegância feminina na sua vida privada.

Atualmente, estas campanhas são as maiores deste tipo realizadas em todo o mundo. As *Campanhas Locais de Trabalho Seguros e Saudáveis* existem desde o ano 2000 e eram inicialmente intituladas *Semanas Europeias da Segurança e Saúde no Trabalho*.

Intitulada “O Trabalho Seguro e Saudável na Era Digital”, a campanha alerta para os desafios e oportunidades associados à Segurança e Saúde no Trabalho (SST) nos processos de digitalização.



A campanha baseia-se fundamentalmente nas conclusões e recursos da Visão Global da EU-OSHA sobre digitalização 2020-2023.

DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 22 DE DEZEMBRO A 25 DE JANEIRO DE 2023

[Portaria nº 303/2022-DR nº 245/2022,
Série I de 2022-12-22](#)

Educação

Identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar de 2022-2023.

[Decreto-Lei nº 85-A/2022-DR nº 245/2022,
Série I de 2022-12-22](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2023.

[Decreto-Lei nº 86/2022-DR nº 246/2022,
Série I de 2022-12-23](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera o regime da organização e funcionamento do XXIII Governo Constitucional.

[Resolução do Conselho de Ministros
nº 141/2022-DR nº 249/2022,
Série I de 2022-12-28](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Prorroga a vigência da 8.ª geração do «Programa Escolhas».

[Despacho Normativo nº 16/2022-DR
nº 251/2022, Série II de 2022-12-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Regulamento de Publicação de Atos no DR.

[Portaria nº 312-A/2022-DR nº 251/2022,
1º Suplemento, Série I de 2022-12-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Segunda alteração à Portaria nº 77/2018, de 16 de março, que procede à regulamentação necessária ao desenvolvimento da Chave Móvel Digital (CMD).

[Lei nº 24-C/2022-DR nº 251/2022,
2º Suplemento, Série I de 2022-12-30](#)

Assembleia da República

Lei das Grandes Opções para 2022-2026.

[Lei nº 24-D/2022-DR nº 251/2022,
2º Suplemento, Série I de 2022-12-30](#)

Assembleia da República

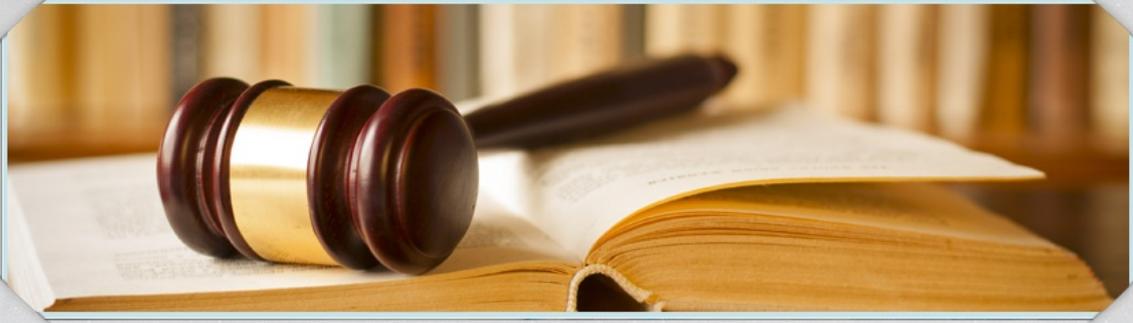
Orçamento do Estado para 2023.

[Declaração de Retificação nº 1-A/2023
DR nº 2/2023, 1º Suplemento,
Série I de 2023-01-03](#)

Assembleia da República

Retifica a Lei nº 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2023.





[Portaria nº 23/2023-DR nº 6/2023,](#)
[Série I de 2023-01-09](#)

Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Procede à primeira alteração à Portaria nº 62/2022, de 31 de janeiro, que regula a criação e o regime de organização e funcionamento dos centros especializados em qualificação de adultos.

[Deliberação nº 44/2023-DR nº 6/2023,](#)
[Série II de 2023-01-09](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Aprova o regulamento da substituição de provas de ingresso por exames finais estrangeiros, prevista no artigo 20.º-A do Decreto-Lei nº 296-A/98, de 25 de setembro.

[Portaria nº 24-B/2023-DR nº 6/2023,](#)
[1º Suplemento, Série I de 2023-01-09](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Procede à atualização anual das pensões para o ano de 2023.

[Portaria nº 24-C/2023-DR nº 6/2023,](#)
[1º Suplemento, Série I de 2023-01-09](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Determina os coeficientes de revalorização das remunerações anuais das pensões do ano de 2022.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)
[nº 2-A/2023-DR nº 10/2023,](#)

[1º Suplemento, Série I de 2023-01-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece um questionário prévio à integração de novos membros no Governo.

[Despacho nº 702/2023-DR nº 10/2023,](#)
[Série II de 2023-01-13](#)

Educação - Gabinete do Ministro

Homologa as Aprendizagens Essenciais da componente de currículo/disciplina de Matemática do Ensino Secundário inscrita na matriz curricular base dos Cursos Científico-Humanísticos e Ensino Profissional, constante dos anexos VI e VIII do Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho.

[Despacho nº 764/2023-DR nº 11/2023,](#)
[Série II de 2023-01-16](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra

Constitui uma comissão independente com o objetivo de proceder à avaliação da aplicação do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)
[nº 3/2023-DR nº 12/2023,](#)
[Série I de 2023-01-17](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030.

[Decreto-Lei nº 5/2023-DR nº 18/2023,](#)
[Série I de 2023-01-25](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece o modelo de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027.

[Despacho nº 1296-B/2023-DR nº 18/2023,](#)
[2º Suplemento, Série II de 2023-01-25](#)

Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o primeiro semestre do ano de 2023.

Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos

+vantagens fne



www.fne.pt

Defender a Profissão de Professor

MANIFESTAÇÃO NACIONAL

11 fev 2023 - 15h
Marquês de Pombal

QUEREM MELHORAR A EDUCAÇÃO?

**TRATEM BEM OS
QUE CÁ ESTÃO!**



SPZC
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA ZONA CENTRO



SDP
SUL

SDPA
SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS
PROFESSORES DOS AÇORES

